



~~ANT~~ PROJETO DE LEI

nº 420/12

Súmula: Altera o parágrafo único do art. 1º da Lei Estadual 10.976, de 27 de dezembro de 1994.

A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná  
decretou e eu sanciono a seguinte lei:

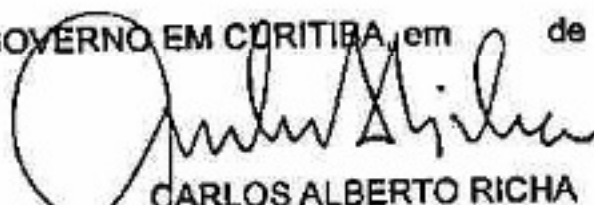
Art. 1º O parágrafo único do art. 1º da Lei Estadual 10.976, de 27 de dezembro de 1994, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Parágrafo único. O terreno de que trata este artigo destina-se unicamente à construção de equipamentos comunitários destinados à educação infantil, à saúde e ao desporto, no prazo de 5 (cinco) anos."

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

PALÁCIO DO GOVERNO EM CURITIBA, em de

de 2012.

  
CARLOS ALBERTO RICH  
GOVERNADOR DO ESTADO



Lei 10876 - 27 de Dezembro de 1994

Publicado no Diário Oficial nº. 4414 de 27 de Dezembro de 1994

**Sêntença:** Autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Fíral do Sul, o imóvel que especifica, localizado naquele Município.

A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná decretou e eu sanciono a seguinte lei:

**Art. 1º.** Fica o Poder Executivo autorizado a doar para o Município de Fíral do Sul o imóvel de propriedade do Estado do Paraná, localizado na zona urbana daquela município, constituído-se do lote de terreno "A", com área total de 92.050,40 m² ou 3,60 alqueires ou 9,20 hectares com as seguintes metragens e confrontações:

"OPP" - ponto de partida cravado junto a cerca de arame na divisa com o município de Fíral do Sul, seguindo por esta com o rumo 43°10' NW, a distância de 141,20m até o P-01, seguindo em divisa com a Rua Leonardo Solek, em confrontação com a Vila Itaciano Marcondes, com o rumo 16°00'SW a distância de 192,00m, a com a Rua Geremias Moreira, com rumo 68°00' NW, e na distância de 116,00m até o P-03 canto. Seguindo confrontando com a Rua Malchior Scaramella, com rumo 28°33' SW, e distância de 107,50m, até o P-04 canto. Seguindo pela divisa de Mesetas Fíralda, (atual Admar Abrahão), com os rumos e distâncias 69°57' SW a 26,50m, 20°03'SW, a 53,00m até o P-05: seguindo pela divisa de João M. Carneiro, com os rumos 20°03' SW a 11,50m e com 31°37' SE, a 23,00m e 58°18' SW a distância de 22,00m (atual Antonio M. Carneiro) até o P-08: seguindo pela Rua Cidade P. Mongruel, com os rumos e distâncias, 29°34' SE, 101,00m, 16°14' SE, a 40,00m, 21°04' SE, a 36,00m, 61°22' SE, a 36,00m, 82°04' SE, a 21,20m até o P-14; seguindo pela divisa de Valentin Kubla, por cerca de arame com os rumos e distâncias de 32°14' NE, a 55,00m, 30°24' NE, a 48,00m até o ponto 15 encontrando um córrego e por este abateo com os rumos e distâncias de 17°19' NE, a 20,00m, 16 19' NE, a 26,00m, 23°27' NE, a 34,50m, 0°37' NE, a 46,00m 19°40' NW, a 30,00m; encontrando outro córrego e por este abateo na divisa de Samuel Laureano Lima, com os rumos e distâncias de 28°20' NE, a 35,00m, 28°12' NE, a 25,00m, 13°12' NE, a 11,70m, 31°55' NE, a 46,00m, 61°53', a 95,00m, até o ponto de partida encerrando o perímetro com a área acima citada".

**Parágrafo único.** O terreno de que trata este artigo, destina-se unicamente à construção de unidades habitacionais populares.

**Art. 2º.** Fica o donatário por força desta Lei, obrigado a resguardar o direito de preferência à aquisição aos atuais ocupantes das 27 (vinte e sete) casas populares já edificadas em parte do imóvel.

**Art. 3º.** Descumprindo quaisquer condições da presente Lei o imóvel em questão retornará ao Patrimônio do Estado.

**Art. 4º.** Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PALÁCIO DO GOVERNO EM CURITIBA, em 27 de dezembro de 1994.

Alcino Pereira  
Governador do Estado

Gilberto Serpa Griebeler  
Secretário de Estado da Administração

Este texto não substitui o publicado no Diário Oficial do Estado

MENSAGEM  
Nº 047 /2012

Curitiba, em 17 de agosto de 2012.



**PARANÁ**

GOVERNO DO ESTADO  
Gabinete do Governador

**LIDO NO EXPEDIENTE**  
CONCEDIDO APOIAMENTO À D.L.

Em, 20 AGO 2012

Senhor Presidente, 1º Secretário

I - À DAP para leitura no expediente  
II - À DL para providências.  
Em 20/08/2012

Presidente

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para ser apreciado por essa Assembleia Legislativa, o incluso anteprojeto de lei que objetiva dar nova redação ao art. 1º, parágrafo único, da Lei nº 10.976, de 27 de dezembro de 1994, que dispõe sobre a destinação de imóvel doado pelo Estado do Paraná ao Município de Piraí do Sul.

Ocorre que o referido dispositivo, em sua redação atual, constrange o donatário a destinar o terreno unicamente à construção de unidades habitacionais populares.

Todavia, tendo em conta a apuração de diversos outros interesses públicos a serem satisfeitos, afigura-se necessário modificar o teor do art. 1º, parágrafo único, da Lei nº 10.976/1994, com o escopo de autorizar o Município de Piraí do Sul a construir equipamentos comunitários voltados à educação infantil, à saúde e ao desporto em proveito dos seus munícipes.

Certo de que a medida merecerá dessa Assembleia Legislativa o necessário apoio e consequente aprovação, reitero a Vossa Excelência meus protestos de apreço e consideração.

CARLOS ALBERTO RICHIA

GOVERNADOR DO ESTADO

Excelentíssimo Senhor  
Deputado VALDIR ROSSONI  
Presidente da Assembleia Legislativa do Estado  
N/CAPITAL  
AJB/ProL 11.513.575-8

Palácio Iguaçu | Praça Nossa Senhora de Salette s/n | 80530-900 | Curitiba | Paraná | Brasil  
Fone: (41) 3350 2800 | Fax: (41) 3254 7345 | www.pr.gov.br

14883 20-08-2012 08:51:21 Nº 00380116 15:13:07/16 10 00380

Lei 10876 - 27 de Dezembro de 1994

Publicado no Diário Oficial nº. 4414 de 27 de Dezembro de 1994

Bônus: Autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Pinel do Sul, o imóvel que especifica, localizado naquela Município

A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná decretou e eu sanciono a seguinte lei:

- Art. 1º. Fica o Poder Executivo autorizado a doar para o Município de Pinel do Sul o imóvel de propriedade do Estado do Paraná, localizado na zona urbana daquele município, constituindo-se do lote de terreno "A", com área total de 92.050,40 m<sup>2</sup> ou 3,80 alqueires ou 8,20 hectares com as seguintes metragens e confrontações:

"DPP - ponto de partida previsto junto a cerca de arame na divisa com o município de Pinel do Sul, seguindo por este com o rumo 43°10' NW, e distância de 141,20m até o P-01, seguindo em divisa com a Rua Leonardo Solek, em confrontação com a Vila Itaciano Marcondes, com o rumo 18°00'SW e distância de 160,00m, e com a Rua Geremias Moreira, com rumo 66°00' NW, e na distância de 115,00m até o P-03 canto. Seguindo confrontando com a Rua Melchior Scaramella, com rumo 28°33' SV, e distância de 107,50m, até o P-04 canto. Seguindo pela divisa de Messias Freuden, (atual Admar Abrahão), com os rumos e distâncias 66°57' SV e 26,50m, 20°03' SV, a 55,00m até o P-05 seguindo pela divisa de João M. Carneiro, com os rumos 20°03' SV a 11,50m e com 31°37' SE, a 23,00m e 50°18' SW a distância de 22,00m (atual Antonio M. Carneiro) até o P-06: seguindo pela Rua Cláudia P. Mongruel, com os rumos e distâncias, 29°34' SE, 101,00m, 16°14' SE, a 40,00m, 21°54' SE, a 36,00m, 61°22' SE, a 38,00m, 82°54' SE, a 21,20m até o P-14; seguindo pela divisa de Valente Kubis, por cerca de arame com os rumos e distâncias de 32°14' NE, a 55,00m, 30°24' NE a 48,00m até o ponto 18 encontrando um córrego e por este abaixo com os rumos e distâncias de 17°18' NE, a 20,00m, 18 19' NE, a 26,00m, 23°27' NE, a 34,50m, 0°37' NE, a 46,00m 19°40' NW, a 30,00m; encontrando outro córrego e por este abaixo na divisa de Samuel Laureano Leite, com os rumos e distâncias de 26°20' NE, a 35,00m, 25°12' NE, a 28,00m, 13°12' NE, a 11,70m, 31°55' NE, a 40,00m, 01°55', a 55,00m, até o ponto de partida encerrando o perímetro com a área acima citada".

Parágrafo único. O terreno de que trata este artigo, destina-se unicamente à construção de unidades habitacionais populares.

Art. 2º. Fica o donatário por força desta Lei, obrigado a resguardar o direito de preferência à aquisição aos atuais ocupantes das 27 (vinte e sete) casas populares já edificadas em parte do imóvel.

Art. 3º. Descumprindo quaisquer condições da presente Lei o imóvel em questão retornará ao Patrimônio do Estado.

Art. 4º. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PALÁCIO DO GOVERNO EM CURITIBA, em 27 de dezembro de 1994.

Mário Pereira  
Governador do Estado

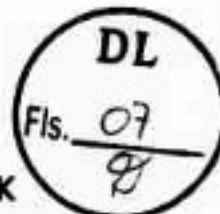
Gilberto Serpa Griebeler  
Secretário de Estado da Administração

Este texto não substitui o publicado no Diário Oficial do Estado





**Assembleia Legislativa do Paraná**  
**GABINETE DEPUTADO ESTADUAL PASTOR EDSON PRACZYK**



**"A diferença que vem de Deus" MI 3:18**

**PARECER AO PROJETO DE LEI 420/12**

**Projeto de Lei nº 420/12**

**Autor: Poder Executivo – Mensagem nº. 047/2012**

**Súmula:** Altera o parágrafo único do art. 1º da Lei Estadual 10.976, de 27 de dezembro de 1994.

**EMENTA:** ALTERAÇÃO DA LEI Nº 10.976 QUE AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A DOAR IMÓVEL AO MUNICÍPIO DE PIRAÍ DO SUL. INICIATIVA PRIVATIVA DO PODER EXECUTIVO. ARTs. 33 E 124 DO REGIMENTO INTERNO ALEP. ARTs. 10 E 65 DA CE. ART. 17 DA LEI Nº 8.666/93. LC Nº 95/98. POSSIBILIDADE. LEGITIMIDADE AFERIDA. CONSTITUCIONAL. PARECER FAVORÁVEL.

**PREÂMBULO**

O presente projeto de lei, de autoria do Poder Executivo, através da Mensagem nº 047/2012, visa à alteração da lei nº 10.976 de 27 de dezembro de 1994 e, tem a finalidade de modificar a destinação do imóvel doado, isto é, ao invés de destinar o terreno para a construção de unidades habitacionais populares será destinado para a construção de equipamentos comunitários voltados à educação infantil, à saúde e ao desporto em proveito dos seus munícipes.

**FUNDAMENTAÇÃO**

De início, compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33-A, I, do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, verificar a constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada:

**Art. 33-A: Cabe à Comissão de Constituição e Justiça:**

I – emitir parecer sobre as proposições quanto a sua constitucionalidade, legalidade, juridicidade, adequação regimental e caráter estrutural, em face do que dispõe a Lei Complementar 95, de 26 de fevereiro de 1998 e alterações posteriores.

Ainda, verifica-se que o chefe do Poder Executivo detém a competência necessária para apresentar o presente projeto de lei, conforme dispõe a Constituição do Estado do Paraná:

**Art. 65. A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembleia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Presidente do**



**Assembleia Legislativa do Paraná**  
**GABINETE DEPUTADO ESTADUAL PASTOR EDSON PRACZYK**



**"A diferença que vem de Deus" MI 3:18**

Tribunal de Justiça, ao Procurador-Geral de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição. (grifo nosso)

Ressalte-se que o projeto de lei está ainda em conformidade com o que estabelece o artigo 10 da Constituição Estadual


**Art. 10. Os bens imóveis do Estado não podem ser objeto de doação ou de utilização gratuita, salvo, e mediante lei, se o beneficiário for pessoa jurídica de direito público interno, órgão ou fundação de sua administração indireta ou entidade de assistência social sem fins lucrativos, declarada de utilidade pública, ou para fins de assentamentos de caráter social.** (grifos nossos)


Dessa forma, como a doação já foi realizada e sancionada através da Lei Estadual nº 10.976 de 27 de dezembro de 1994, neste momento, apenas altera-se a referida lei para destinar o imóvel para a construção de equipamentos comunitários voltados à educação infantil, à saúde e ao desporto em proveito dos seus munícipes. Por fim, no que tange às normas de elaboração normativa, previstas na Lei Complementar 95/98, o presente projeto encontra-se revestido de legalidade.

**CONCLUSÃO**

Diante do exposto, opina-se pela **APROVAÇÃO** do presente Projeto de Lei, em virtude de sua **CONSTITUCIONALIDADE e LEGALIDADE**, por estarem presentes todos os requisitos Constitucionais, legais e de técnica legislativa.

Curitiba, 28 de agosto de 2012.

  
NELSON JUSTUS  
PRESIDENTE

  
PR. EDSON PRACZYK  
RELATOR

  
**APROVADO**

*unanimemente 28/08/12*



**PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 420/2012**

Projeto de Lei nº 420/2012 – mensagem nº 047/12  
Autor: Poder Executivo

Súmula: Altera o parágrafo único do artigo 1º da lei estadual nº 10.976/1994 (doação de imóvel).

**I - PREÂMBULO**

O presente Projeto de Lei 420/12, de autoria do Poder Executivo altera o parágrafo único do artigo 1º da lei estadual nº 10.976/1994, a qual destina o imóvel com área total de 92.050,40 m², ao município de Pirai do Sul para feitos de interesse público.

**II - RELATÓRIO**

Em conformidade com o art. 33-F, c/c com os arts. 42 e 50, II, do Regimento Interno desta Casa de Leis, fui designado relator da matéria tratada no Projeto de Lei nº 420/2012, na qual passo a relatar:

No que tange ao mérito da matéria, resta evidente não existir qualquer impedimento para a tramitação da presente proposição em tela, já que o projeto visa somente alterar o parágrafo único do supracitado artigo, a lei em sua redação anterior constrange o donatário a destinar o terreno unicamente à construção de unidades habitacionais, dando limitação para que o município possa utilizar-se do referido imóvel para outros fins.

A alteração desta lei visa ampliar sua finalidade, destinando o imóvel ao município de Pirai do Sul de uma forma que se possa utilizar-se do terreno para outros feitos sem limitações, realizando a construção de equipamentos comunitários voltados à educação infantil, à saúde e ao desporto em proveito único da população da cidade.

Cumpro a nós destacar que "Compete à Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicação, manifestar-se sobre as proposições relativas a obras públicas, seu gozo, interrupção e alteração de empreendimentos públicos", nos termos do disposto no Art. 33, § 7º do Regimento Interno desta Casa de Leis.

Esta proposta, ganha peso e méritos indiscutíveis ao vir de encontro ao interesse e a necessidade comum meramente justificada, evidenciando de forma clara o mérito proposto, restando grandes benefícios em sua composição para que este projeto possa seguir sua tramitação.

### III - CONCLUSÕES

Baseando-se no artigo 12º da Constituição Estadual, no que se refere à Competência do Estado, venho relevar o Parágrafo único neste embasamento, no que dita a relação do Estado com os Municípios em razão ao bem comum: "A cooperação entre o Estado, a União e os Municípios será definida em lei complementar e visará ao equilíbrio do desenvolvimento e do bem estar no âmbito estadual e municipal". (Art. 12º, Parágrafo Único, Seção II da Competência do Estado - Constituição do Estado do Paraná).

É evidente destacar o benefício que tal proposta estará gerando a população de Piraí do Sul, é um trabalho pelo bem comum que após análise realizada, passa a ter apoio dos membros desta comissão.

### IV - VOTO DO RELATOR

Diante das exposições realizadas neste parecer e pelos benefícios ora relacionados à matéria, não vislumbra-se qualquer impedimento no que se refere aos aspectos legais e constitucionais analisados pela CCJ, nem mesmo quanto ao mérito honroso desta matéria em análise por esta Comissão. O Município de Piraí do Sul estará apenas ganhando com a alteração desta lei, permitindo assim a utilização deste imóvel de forma mais ampla em benefício da população.

Desta forma opto pelo Parecer Favorável ao referido Projeto de Lei 420/2012, em sua forma apresentada.

*Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicação.*

*Sala das Comissões em 10 de setembro de 2012.*

*Francisco Bühner*

*Presidente da Comissão*

*Teruo Kato*

*Relator*





Estado do Paraná  
PODER JUDICIÁRIO

## TRIBUNAL DE JUSTIÇA



### ANTEPROJETO DE LEI

429/12

**SÚMULA:** Cria a 2ª Vara Cível na Comarca de Bandeirantes, entrância intermediária, alterando a Lei Estadual nº 14.277, de 30 de dezembro de 2003, e adota outras providências.

**Art. 1.º** Fica criada a 2ª Vara Cível na Comarca de Bandeirantes, entrância Intermediária, alterando a Lei Estadual nº 14.277, de 30 de dezembro de 2003.

**Art. 2.º** Fica alterado o inciso III do artigo 263 da Lei referida no art. 1º, que passa a vigorar acrescido da alínea 'c', com a seguinte redação:

**"Art. 263.....**

**(...)**

**III – na Comarca de Bandeirantes:**

**(...)**

**c) 2ª Vara Cível"**

**Art. 3.º** Fica criado 1 (um) cargo de Juiz de Direito para a Comarca de Bandeirantes, de entrância intermediária.

**Art. 4.º** Fica criado 1 (um) cargo de Assistente II de Juiz de Direito, de provimento em comissão, simbologia 1-C, na estrutura do Quadro de Servidores do Poder Judiciário, destinado ao assessoramento do Juiz de Direito da 2ª Vara Cível da Comarca de Bandeirantes, nos termos da Lei nº 16.957 de 05 de dezembro de 2011, passando a integrar o Anexo III, Tabela 2, da Lei nº 11.719, de 12 de maio de 1997, consolidado no Anexo II da Lei 14.807, de 20 de julho de 2005.

**Parágrafo único.** O cargo criado na forma do caput é privativo de Bacharel em Direito.

**Art. 5.º** Ficam alterados os Anexos IV, V, e IX Tabela 1 da Lei referida no art. 1º.

**Art. 6.º** As despesas decorrentes desta Lei, correrão por conta das dotações orçamentárias do Poder Judiciário.

**Art. 7.º** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

X



Fls. 03

DL  
Fis. 03  
*[Signature]*

**CÓDIGO DE ORGANIZAÇÃO E DIVISÃO JUDICIÁRIAS - LEI Nº 14.277 DE 30/12/2003**

**COMPOSIÇÃO DO FORO JUDICIAL E FORO EXTRAJUDICIAL POR COMARCA ANEXO - IV**

[illegible]

**PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PARANÁ**  
**CÓDIGO DE ORGANIZAÇÃO E DIVISÃO JUDICIÁRIAS - LEI Nº 14.277 DE 30/12/2003**  
**MAGISTRATURA ESTADUAL — ANEXO V**

| COMARCAS / FORO | ENTRÂNCIA | Desembargador | Juiz de Direito Substituto em 2º Grau | Juiz de Direito | Juiz de Direito do Juizado Especial | Juiz de Direito Substituto | Juiz Substituto | Total |
|-----------------|-----------|---------------|---------------------------------------|-----------------|-------------------------------------|----------------------------|-----------------|-------|
| -----           |           |               |                                       |                 |                                     |                            |                 |       |
| Banderantes     | Intern.   |               |                                       | 3               |                                     |                            | 1               | 4     |
| -----           |           |               |                                       |                 |                                     |                            |                 |       |

X



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PARANÁ  
CÓDIGO DE ORGANIZAÇÃO E DIVISÃO JUDICIÁRIAS - LEI Nº 14.277 DE 30/12/2003  
CRIAÇÃO E EXTINÇÃO DE CARGOS - ANEXO IX  
CARGOS DA MAGISTRATURA ESTADUAL - TABELA 1

| COMARCAS                | Desembargador | Juiz de Direito<br>Substituto em 2ª<br>Grau | Juiz de Direito | Juiz de Direito<br>do Juizado<br>Especial | Juiz de Direito<br>Substituto | Juiz Substituto | Total |
|-------------------------|---------------|---|-----------------|---|-------------------------------|-----------------|-------|
| 1ª INSTANCIA            |               |   |                 |   |                               |                 |       |
| ENTRANCIA INTERMEDIARIA |               |   |                 |   |                               |                 |       |
| Bandeirantes            |               |   | 2               |   |                               |                 | 2     |

Handwritten signature or mark.



Estado do Paraná  
PODER JUDICIÁRIO

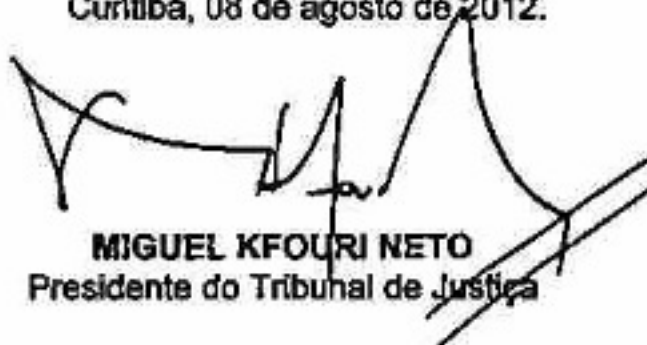
## TRIBUNAL DE JUSTIÇA



### DECLARAÇÃO

Declaro, em atendimento ao disposto no artigo 16, inciso II, da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal), que as despesas decorrentes do Anteprojeto de Lei, em anexo, que cria a 2ª Vara Cível, um cargo de Juiz de Direito de entrância intermediária e um cargo de Assistente II de Juiz de Direito, de provimento em comissão, simbologia 1-C na Comarca de Bandeirantes, de entrância intermediária, apresenta adequação orçamentária e financeira com o Orçamento do Poder Judiciário para o exercício de 2012, aprovado pela Lei Estadual nº 17.012, de 14 de dezembro de 2011, e compatibilidade com Plano Plurianual – PPA 2012-2015, aprovado pela Lei Estadual nº 17.013, de 14 de dezembro de 2011.

Curitiba, 08 de agosto de 2012.



**MIGUEL KFOURI NETO**  
Presidente do Tribunal de Justiça



Estado do Paraná  
PODER JUDICIÁRIO

## TRIBUNAL DE JUSTIÇA



Curitiba, 08 de agosto de 2012.  
Of. nº 1083/2012-GP

I - À DAP para leitura no expediente  
II - À DL para providências.  
Em 21/08/2012

Presidente

A sua Excelência o Senhor  
Deputado Estadual VALDIR LUIZ ROSSONI  
Presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná  
Nesta Capital

LIDO NO EXPEDIENTE  
CONCEDIDO APOIAMENTO À D.L.

Em, 21 AGO. 2012

1º Secretário

Senhor Presidente:

Encaminho a Vossa Excelência, para apreciação dessa augusta Assembleia Legislativa, o incluso Anteprojeto de Lei que propõe a criação da 2ª Vara Cível da Comarca de Bandeirantes, de entrância intermediária, alterando a Lei Estadual nº 14.277, de 30 de dezembro de 2003.

As razões desta proposição estão contempladas na justificativa que acompanha o aludido anteprojeto.

Em conformidade com a Lei de Responsabilidade Fiscal, envio, em anexo, a documentação pertinente à matéria relacionada ao disposto nos artigos 16, 17 e 22 da referida Lei Complementar nº 101/2000.

Nesta ensejo, consigno a Vossa Excelência minhas expressões de consideração e apreço.

  
**MIGUEL KFOUR NETO**  
Presidente do Tribunal de Justiça

1407 21/08/2012 08:52:03 BP ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO PARANÁ





Estado do Paraná  
PODER JUDICIÁRIO

# TRIBUNAL DE JUSTIÇA



## JUSTIFICATIVA

O presente Anteprojeto de Lei, originado do protocolado nº 155.024/2012, tem por finalidade criar a 2ª Vara Cível na Comarca de Bandeirantes, de entrância intermediária, bem como um novo cargo de Juiz de Direito de entrância intermediária e cargo de assessoramento, visando a expansão da prestação jurisdicional no Estado do Paraná, de forma a racionalizar e redistribuir o volume de serviços naquele Foro.

O Foro Judicial da referida Comarca abrangerá 2 (duas) Varas Cíveis e 1 (uma) Vara Criminal, da Infância e da Juventude e Família, e atenderá uma população de aproximadamente 32.000 habitantes e um total de 16.500 processos em andamento.

A criação da 2ª Vara Cível na Comarca de Bandeirantes, de entrância intermediária, foi objeto de aprovação pela douta Comissão de Organização e Divisão Judiciárias, em deliberação datada de 02/07/2012, e pelo egrégio Órgão Especial do Tribunal de Justiça, em Sessão realizada no dia 23 de julho de 2012.

A proposta altera o art. 263, e os Anexos IV, V e IX, Tabela 1, da Lei Estadual nº 14.277/2003 (Código de Organização e Divisão Judiciárias do Estado do Paraná - CODJ).

Ressalte-se que os Anexos alterados pela proposta do Anteprojeto de Lei deverão ser publicados juntamente com o texto final da lei, vez que são parte integrante da mesma.

O impacto orçamentário-financeiro da presente proposta, considerando a criação de um cargo de Juiz de Direito de entrância intermediária e um cargo de Assistente II de Juiz de Direito, de provimento em comissão, simbologia 1-C, totaliza o valor aproximado de R\$ 230.000,00 (duzentos e trinta mil reais) para o exercício financeiro de 2012, R\$ 497.000,00 (quatrocentos e noventa e sete



Estado do Paraná  
PODER JUDICIÁRIO

## TRIBUNAL DE JUSTIÇA



mil reais) para o exercício financeiro de 2013 e R\$ 550.000,00 (quinhentos e cinquenta mil reais) para o exercício financeiro de 2014, a ser suportado pelo orçamento próprio do Tribunal de Justiça.

Os cargos de Analistas e Técnicos Judiciários que irão compor a nova Secretaria Cível são objeto da Lei Estadual nº 16.023/2008, e as despesas decorrente de seu preenchimento serão suportadas pelo Fundo da Justiça (FUNJUS), criado pela Lei Estadual nº 15.942 de 03 de setembro de 2008, com um custo aproximado de R\$ 270.000,00 (duzentos e setenta mil reais) para o exercício de 2012, R\$ 477.000,00 (quatrocentos e setenta e sete mil reais) para 2013 e R\$ 501.000,00 (quinhentos e um mil reais) para 2014.

Nos termos do Relatório de Gestão Fiscal do Poder Judiciário, relativo ao 1º Quadrimestre de 2012, a Despesa Total com Pessoal situou-se em 3,97% (três vírgula noventa e sete por cento) da Receita Corrente Líquida, portanto, abaixo do limite prudencial de 5,70% (cinco vírgula setenta por cento), conforme preceitua o artigo 22, parágrafo único, da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Encontra-se em anexo a Declaração do Ordenador da Despesa de que o aumento tem adequação com a lei orçamentária para o exercício de 2012, aprovado pela Lei Estadual nº 17.012, de 14 de dezembro de 2011, e compatibilidade com Plano Plurianual – PPA 2012-2015, aprovado pela Lei Estadual nº 17.013, de 14 de dezembro de 2011.



*Assembleia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*



PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 429/12

Projeto de Lei nº. 429/12

Autor: Tribunal de Justiça

Súmula: Cria a 2ª Vara Cível na Comarca de Bandeirantes, entrância intermediária, alterando a Lei Estadual nº 14.277, de 30 de dezembro de 2003, e adota outras providências.

EMENTA: CRIAÇÃO DA 2ª VARA CÍVEL NA COMARCA DE BANDEIRANTES, ALTERANDO A LEI ESTADUAL 14.277, DE 30 DE DEZEMBRO DE 2003. POSSIBILIDADE. INICIATIVA PRIVATIVA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA. LEGITIMIDADE AFERIDA. ART. 98 DA CF. ARTS. 65 E 101 DA CE. IMPACTO FINANCEIRO DEVIDAMENTE ANEXADO EM CUMPRIMENTO À LEI COMPLEMENTAR FEDERAL 101/00. CONSTITUCIONALIDADE E LEGALIDADE AFERIDAS. PARECER FAVORÁVEL.



*Assembleia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*



PREÂMBULO

O projeto de lei de autoria do Tribunal de Justiça visa criar a 2ª Vara Cível na Comarca de Bandeirantes, entrância Intermediária, alterando a Lei Estadual nº 14.277 de 30 de dezembro de 2003, com o intuito de expandir a prestação jurisdicional no Estado do Paraná, de forma a racionalizar e redistribuir o volume de serviços nos respectivos Foros.

FUNDAMENTAÇÃO

Compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33 - A, I do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, verificar a constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada:

Art. 33 - A – Cabe à Comissão de Constituição e Justiça:

- emitir parecer sobre as proposições quanto a sua constitucionalidade, legalidade, juridicidade, adequação regimental e caráter estrutural, em face do que dispõe a Lei Complementar 95, de 26 de fevereiro de 1998 e alterações posteriores.



*Assembleia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*



É de competência exclusiva dos Tribunais para propor a criação de novas varas judiciárias, conforme preceitua o artigo 96, inciso I, alínea d, da Constituição Federal:

Art. 96. Compete privativamente:

I - aos tribunais:

(...)

d) propor a criação de novas varas judiciárias;

Sobre a iniciativa das Leis, oportuno observar a Constituição Estadual, em seu art. 65:

Art. 65. A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembleia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Presidente do Tribunal de Justiça, ao Procurador-Geral de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição.

A Constituição Estadual estabelece a prerrogativa do Tribunal de Justiça do encaminhamento da criação de novas varas judiciárias, bem como da alteração judiciária para a Assembleia Legislativa do Paraná, sendo o objeto em tela, que vejamos:

Art. 101. Compete privativamente ao Tribunal de Justiça, através de seus órgãos:





*Assembleia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*



- propor à Assembleia Legislativa, observado o disposto no art. 169 da Constituição Federal;

(...)

d) a alteração da organização e da divisão judiciárias;

e) a criação e extinção de comarcas, varas ou distritos judiciários;

No que se refere ao impacto financeiro, devemos observar que o projeto de lei não viola a Lei Complementar Federal nº. 101/00, a qual exige que o projeto que acarrete aumento de despesa estatal seja acompanhado de estimativa do impacto orçamentário-financeiro causado e declaração do ordenador da despesa de que o aumento tem adequação orçamentária e financeira.

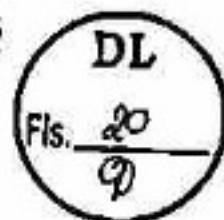
Com efeito, a fim de dar cumprimento à referida legislação, o Tribunal de Justiça anexou ao projeto, declaração que o aumento de despesa apresenta adequação orçamentária e financeira com o Orçamento do Poder Judiciário para o exercício de 2012 e compatibilidade com o Plano Plurianual – PPA, 2012 - 2015, aprovado pela Lei Estadual n. 17.013/2011 (fls. 06).

Vislumbra-se, portanto, que o Tribunal de Justiça detém a competência necessária para propor o presente Projeto de Lei.

Por fim, quanto à técnica legislativa, o projeto de lei em questão não encontra óbice frente à Lei Complementar 95/98.



*Assembleia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*



CONCLUSÃO

Diante do exposto, opina-se pela **APROVAÇÃO** do presente Projeto de Lei, em virtude de estarem presentes todos os requisitos Constitucionais, Legais e de Técnica Legislativa.

Sala das Comissões, 28 de agosto de 2012

Nelson Justus  
Presidente

  
Hermas Brandão Junior  
Relator

**APROVADO**  
*unanimidade* 28/08/12

Edifício Pres. Tancredo Neves  
Praça Nossa Senhora da Saúde, s/n  
Gab. Dep. Hermas Jr - 3. Andar - sala 302  
Fone: 41 - 33604170  
Curitiba-PR - CEP 80 530-911  
[www.hermasjunior.com.br](http://www.hermasjunior.com.br)



**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ**  
**2ª Sessão Legislativa – 17ª Legislatura**  
**Comissão de Finanças**



**PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 429/12**

O Projeto de Lei em análise é oriundo do Tribunal de Justiça – Ofício nº 1083/12 que objetiva criar a 2ª Vara Cível, na Comarca de Bandeirantes, entrância Intermediária, alterando a Lei Estadual nº 14.277, de 30 de dezembro de 2003 – Código de Organização e Divisão Judiciária do Estado do Paraná, e adota outras providências.

Constatamos que a iniciativa foi encaminhada a douta Comissão de Constituição e Justiça que por meio do Relator Senhor Deputado Hermas Brandão Junior e após sua análise constitucional exarou o devido parecer pela aprovação.

Procedida a análise da Proposição, sob a ótica desta Comissão de Finanças, cumprindo as obrigações impostas pelo §1º, do artigo 29, § 2º do artigo 30 e artigo 33-B, todos do Egrégio Regimento Interno desta Assembleia Parlamentar, temos a enaltecer a iniciativa, nada encontrando que possa obstar a normal tramitação processual legislativa.

Destaque-se que a proposta encontra-se justificada, tendo em vista, que as despesas decorrentes desta Lei correrão por conta das dotações orçamentárias do Poder Judiciário.

Observe-se ainda, que a proposta vem ladeada da Declaração do Presidente do Tribunal de Justiça informando que as despesas decorrentes do Anteprojeto de Lei, apresenta adequação orçamentária e financeira com o Orçamento do Poder Judiciário para o exercício de 2012, aprovado pela Lei nº 17.012, de 14 de dezembro de 2011, e compatibilidade com o Plano Plurianual – PPA 2012-2015, aprovado pela Lei nº 17.013, de 14 de dezembro de 2011.

Em relação ao impacto financeiro e orçamentário, considerando a criação de um cargo de Juiz de Direito de entrância intermediária e um cargo de Assistente II de Juiz de Direito, de provimento em comissão, simbologia 1-C, totaliza o valor aproximado de R\$230.000,00

1



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ  
2ª Sessão Legislativa – 17ª Legislatura  
Comissão de Finanças

DL

23

52

(duzentos e trinta mil reais) para o exercício financeiro de 2012, R\$497.000,00 (quatrocentos e noventa e sete mil reais) para o exercício financeiro de 2013 e R\$550.000,00 (quinhentos e cinquenta mil reais) para o exercício financeiro de 2014, a ser suportado pelo orçamento próprio do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná.

No que diz respeito aos cargos de Analistas Judiciários e Técnicos Judiciários que irão compor a nova Secretaria do Cível, as despesas serão suportadas pelo Fundo da Justiça – FUNJUS, com um custo aproximado de R\$270.000,00 (duzentos e setenta mil reais) para o exercício de 2012, e de R\$477.000,00 (quatrocentos e setenta e sete mil reais) para o exercício de 2013 e R\$501.000,00 (quinhentos e um mil reais) para o exercício de 2014.

Sendo assim, nada encontramos que possa impedir a sua normal tramitação pelos demais órgãos desta Casa de Leis, manifestando assim, o devido parecer **FAVORÁVEL**.

É o parecer.

Sala das Comissões, 10/09/12

DEPUTADO ADEMIR BIER  
PRESIDENTE

DEPUTADO ELIO RUSCH  
RELATOR



Estado do Paraná  
PODER JUDICIÁRIO

# TRIBUNAL DE JUSTIÇA



## ~~ANTEPROJETO DE LEI~~

430/12

**SÚMULA:** Cria 3 (três) Varas Criminais, conforme específica, alterando a Lei Estadual nº 14.277, de 30 de dezembro de 2003, e adota outras providências.

**Art. 1.º** Fica criada a 3ª Vara Criminal no Foro Regional de São José dos Pinhais, da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba, entrância final, alterando a Lei Estadual nº 14.277, de 30 de dezembro de 2003.

**Art. 2.º** Fica criada a 4ª Vara Criminal na Comarca de Ponta Grossa, entrância final, alterando a Lei mencionada no artigo 1º desta Lei.

**Art. 3.º** Fica criada a 5ª Vara Criminal no Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Maringá, entrância final, alterando a Lei mencionada no artigo 1º desta Lei.

**Art. 4.º** O art. 255, inciso VIII, da Lei referida no artigo 1.º desta Lei, passa a vigorar acrescido da alínea "e", com a seguinte redação:

... *"Art. 255. Fica criado nos Foros Regionais que integram a Comarca da Região Metropolitana de Curitiba, o seguinte:*

...

**VIII – No Foro Regional de São José dos Pinhais:**

a) ...

e) a 3ª Vara Criminal."

...

**Art. 5.º** O art. 256, incisos V e VI da Lei referida no artigo 1.º desta Lei, passam a vigorar acrescidos respectivamente das alíneas "c" e "c", com a seguinte redação:

*"Art. 256. Fica criado nas Comarcas de entrância final o seguinte:*

I – ...

...

**V – Na Comarca da Região Metropolitana de Maringá, Foro Central:**

a) ...

c) a 5ª Vara Criminal.

**VI – Na Comarca de Ponta Grossa:**





Estado do Paraná  
PODER JUDICIÁRIO

## TRIBUNAL DE JUSTIÇA



- a) ...  
c) a 4ª Vara Criminal."

**Art. 6.º** Ficam criados 3 (três) cargos de Assistente I de Juiz de Direito, de provimento em comissão, simbologia 3-C e 3 (três) cargos de Assistente II de Juiz de Direito, de provimento em comissão, simbologia 1-C, na estrutura do Quadro de Servidores do Poder Judiciário, destinados ao assessoramento dos Juizes de Direito das Varas criadas nos artigos 1º, 2º e 3º da presente Lei, nos termos da Lei nº 15.831 de 12 de maio de 2008, alterada pela Lei nº 16.957 de 05 de dezembro de 2011, passando a integrar o Anexo III, Tabela 2, da Lei nº 11.719, de 12 de maio de 1997, consolidado no Anexo II da Lei 14.807, de 20 de julho de 2005.

**Parágrafo único.** Os cargos criados na forma do *caput* são privativos de Bacharel em Direito.

**Art. 7.º** Ficam alterados os anexos IV, V e IX, Tabela 1, da Lei referida no artigo 1.º desta Lei.

**Art. 8º** As despesas decorrentes desta Lei, correrão por conta das dotações orçamentárias do Poder Judiciário.

**Art. 9º** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

| PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PARANÁ                                      |   |
|---|---|
| CÓDIGO DE ORGANIZAÇÃO E DIVISÃO JUDICIÁRIAS - LEI Nº 14.277 DE 30/12/2003 |   |
| COMPOSIÇÃO DO FORO JUDICIAL E FORO EXTRAJUDICIAL POR COMARCA ANEXO - IV   |   |
| ...   | MARINGÁ - Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Maringá - Entrância Final                |
|   | FORO JUDICIAL   |
| ...   | 5ª Vara Criminal  |
| ...   | FORO EXTRAJUDICIAL  |
| ...   | ...   |
|   | PONTA GROSSA - Comarca de Entrância Final   |
|   | FORO JUDICIAL   |
| ...   | 4ª Vara Criminal  |
| ...   | FORO EXTRAJUDICIAL  |
| ...   | ...   |
|   | SÃO JOSÉ DOS PINHAIS - Foro Regional da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba - Entrância Final |
|   | FORO JUDICIAL   |
| ...   | 3ª Vara Criminal  |
| ...   | FORO EXTRAJUDICIAL  |
| ...   | ...   |



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PARANÁ  
CÓDIGO DE ORGANIZAÇÃO E DIVISÃO JUDICIÁRIAS - LEI Nº 14.377 DE 30/12/2003  
CRIAÇÃO E EXTINÇÃO DE CARGOS - ANEXO IX  
CARGOS DA MAGISTRATURA ESTADUAL - TABELA 1

| COMARCAS                              | Desembargador | Juiz de Direito Substituto em 2ª Ordem | Juiz de Direito | Juiz de Direito do Juizado Especial | Juiz de Direito Substituto | Juiz Substituto | Total |
|---------------------------------------|---------------|--|-----------------|-------------------------------------|----------------------------|-----------------|-------|
|                                       |               |  |                 |                                     |                            |                 |       |
| Foro Central de Maringá               |               |  | 2               | 1                                   | 10                         |                 | 13    |
| Ponta Grossa                          |               |  | 2               | 1                                   | 4                          |                 | 7     |
| Foro Regional de São José dos Pinhais |               |  | 4               | 3                                   |                            | -1              | 6     |



| PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PARANÁ                                      |           |               |                                       |                                  |                            |                 |       |  |  |  |
|---|-----------|---------------|---------------------------------------|----------------------------------|----------------------------|-----------------|-------|--|--|--|
| CÓDIGO DE ORGANIZAÇÃO E DIVISÃO JUDICIÁRIAS - LEI Nº 14.277 DE 30/12/2003 |           |               |                                       |                                  |                            |                 |       |  |  |  |
| MAGISTRATURA ESTADUAL — ANEXO V   |           |               |                                       |                                  |                            |                 |       |  |  |  |
| COMARCAS / FORO   | ENTRÂNCIA | Desembargador | Juiz de Direito Substituto em 2º Grau | Juiz de Direito Juizado Especial | Juiz de Direito Substituto | Juiz Substituto | Total |  |  |  |
| Foro Central de Maringá   | Final     |               |                                       | 18                               | 4                          | 12              | 32    |  |  |  |
| Ponta Grossa  | Final     |               |                                       | 12                               | 3                          | 6               | 21    |  |  |  |
| Foro Regional de São José dos Pinhais                                     | Final     |               |                                       | 9                                | 3                          |                 | 12    |  |  |  |



Estado do Paraná  
PODER JUDICIÁRIO

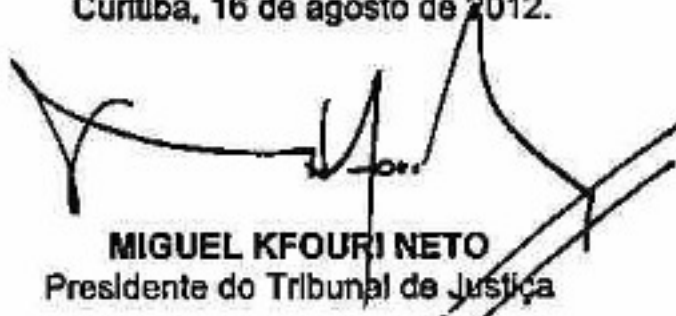
## TRIBUNAL DE JUSTIÇA



### DECLARAÇÃO

Declaro, em atendimento ao disposto no artigo 16, inciso II, da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal), que as despesas decorrentes do Anteprojeto de Lei, em anexo, que cria 3 (três) Varas Criminais; no Foro Regional de São José dos Pinhais, na Comarca de Maringá e na Comarca de Ponta Grossa, e cargos em comissão para assessoramento dos magistrados, apresenta adequação orçamentário-financeira com o Orçamento do Poder Judiciário para o exercício de 2012, aprovado pela Lei Estadual nº 17.012, de 14 de dezembro de 2011, e compatibilidade com Plano Plurianual – PPA 2012-2015, aprovado pela Lei Estadual nº 17.013, de 14 de dezembro de 2011.

Curitiba, 16 de agosto de 2012.



**MIGUEL KFOURI NETO**  
Presidente do Tribunal de Justiça



Estado do Paraná  
PODER JUDICIÁRIO

## TRIBUNAL DE JUSTIÇA



Curitiba, 16 de agosto de 2012.  
Of. nº 1126/2012-GP

I - À DAP para leitura no expediente

II - ADL para providências.

Em 21/08/2012

Presidente

A Sua Excelência o Senhor  
Deputado Estadual VALDIR LUIZ ROSSONI  
Presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná  
Nesta Capital

LIDO NO EXPEDIENTE  
CONCEDIDO APOIAMENTO À D.L.

Em 21 AGO. 2012

1º Secretário

Senhor Presidente:

Encaminho a Vossa Excelência, para apreciação dessa augusta Assembleia Legislativa, o incluso Anteprojeto de Lei que propõe a criação de 3 (três) Varas Criminais, no Foro Regional de São José dos Pinhais, na Comarca de Ponta Grossa, na Comarca de Maringá, com competência em violência doméstica e familiar contra a mulher, além de crimes contra a criança, adolescente e idoso, e de cargos em comissão para assessoramento dos magistrados, alterando a Lei Estadual nº 14.277, de 30 de dezembro de 2003.

As razões desta proposição estão contempladas na justificativa que acompanha o aludido anteprojeto.

Em conformidade com a Lei de Responsabilidade Fiscal, envio, em anexo, a documentação pertinente à matéria relacionada ao disposto nos artigos 16, 17 e 22 da referida Lei Complementar nº 101/2000.

Neste ensejo, consigno a Vossa Excelência minhas expressões de consideração e apreço.

  
MIGUEL KFOURI NETO  
Presidente do Tribunal de Justiça





Estado do Paraná  
PODER JUDICIÁRIO

## TRIBUNAL DE JUSTIÇA



### JUSTIFICATIVA

O presente Anteprojeto de Lei tem por finalidade criar a 3ª Vara Criminal no Foro Regional de São José dos Pinhais, de entrância final, a 4ª Vara Criminal na Comarca de Ponta Grossa, entrância final, a 5ª Vara Criminal no Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Maringá, e cargos em comissão para assessoramento dos magistrados, conforme consta do protocolado de nº 277.311/2012.

A medida tem por objetivo dotar as referidas comarcas de estrutura adequada para atendimento de demandas especializadas. Assim, e de acordo com proposta apresentada pela Corregedoria-Geral da Justiça, a nova Vara de Maringá terá competência exclusiva em violência doméstica e familiar contra a mulher, além de crimes contra a criança, adolescente e idoso, enquanto as Varas Criminais criadas em Ponta Grossa e no Foro Regional de São José dos Pinhais terão competência em matéria criminal cumulada com violência doméstica e familiar contra a mulher e crimes contra criança, adolescente e idoso.

A proposta altera os artigos 255 e 256, da Lei Estadual nº 14.277/2003 (Código de Organização e Divisão Judiciárias do Estado do Paraná - CODJ), bem como os anexos IV, V e IX da referida Lei.

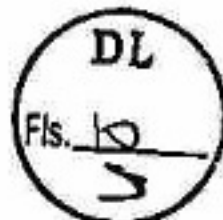
De forma a dotar as Varas ora criadas da estrutura necessária, está se criando 3 (três) cargos de Assistente I de Juiz de Direito, de provimento em comissão, simbologia 3-C e 3 (três) cargos de Assistente II de Juiz de Direito, de provimento em comissão, simbologia 1-C, na estrutura do Quadro de Servidores do Poder Judiciário, destinados ao assessoramento dos Juizes de Direito que passarão a integrar os quadros das Comarcas em questão.

Esses cargos são privativos de Bacharel em Direito e estão de acordo com a Lei Estadual nº 15.831, de 12 de maio de 2008 e a Lei Estadual nº



Estado do Paraná  
PODER JUDICIÁRIO

## TRIBUNAL DE JUSTIÇA



16.957, de 05 de dezembro de 2011, que criam cargos para o assessoramento aos magistrados de todas as comarcas do Estado do Paraná.

A criação da 3ª Vara Criminal no Foro Regional de São José dos Pinhais, da 4ª Vara Criminal na Comarca de Ponta Grossa, da 5ª Vara Criminal no Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Maringá, e dos cargos em comissão foi objeto de análise e aprovação pela douta Comissão de Organização e Divisão Judiciárias, bem como do colendo Órgão Especial do Tribunal de Justiça, em Sessão realizada no dia 23 de julho de 2012.

Registre-se que a criação dos cargos de Juiz de Direito de entrância final e dos cargos em comissão de Assistente I de Juiz de Direito, simbologia 3-C e de Assistente II de Juiz de Direito, simbologia 1-C, terão um custo aproximado de R\$ 647.000,00 para o exercício de 2012, R\$ 1.716.000,00 para o exercício de 2013 e R\$ 1.936.000,00 para o exercício de 2014, e serão suportados pelo orçamento próprio do Tribunal de Justiça.

Por sua vez, os cargos de Analistas Judiciários e Técnicos Judiciários que irão compor a nova Secretaria do Cível são objetos da Lei Estadual nº 16.023/2008, e as despesas serão suportadas pelo Fundo da Justiça (FUNJUS), criado pela Lei Estadual nº 15.942 de 03 de setembro de 2008, com um custo aproximado de R\$ 609.000,00 para o exercício de 2012, R\$ 1.509.000,00 para o exercício de 2013 e R\$ 1.585.000,00 para o exercício de 2014.

Nos termos do Relatório de Gestão Fiscal do Poder Judiciário, relativo ao 1º Quadrimestre de 2012, a Despesa Total com Pessoal situou-se em 3,97% (três vírgula noventa e sete por cento) da Receita Corrente Líquida, portanto, abaixo do limite prudencial de 5,70% (cinco vírgula setenta por cento), conforme preceitua o artigo 22, parágrafo único, da Lei de Responsabilidade Fiscal.



Estado do Paraná  
Poder Judiciário

## TRIBUNAL DE JUSTIÇA

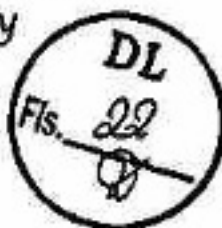


Ressalta-se, por fim, que os Anexos alterados pela proposta do Anteprojeto de Lei em questão, deverão ser publicados juntamente com o texto final da lei, vez que são parte integrante da mesma.

Encontra-se em anexo a Declaração do ordenador de Despesas de que o aumento tem adequação com a lei orçamentária para o exercício de 2012, aprovado pela Lei Estadual nº 17.012, de 14 de dezembro de 2011, e compatibilidade com o Plano Plurianual – PPA 2012-2015, aprovado pela Lei Estadual nº 17.003, de 14 de dezembro de 2011.



*Assembléia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*



**COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA**  
**PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 430/12**

**Projeto de Lei nº 430/12**

**Autor: Tribunal de Justiça**

**PREFÁCIO**

O presente projeto de lei de autoria do Tribunal de Justiça visa criar a 3ª Vara Criminal no Foro Regional de São José dos Pinhais da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba, a 4ª Vara Criminal na Comarca de Ponta Grossa e a 5ª Vara Criminal no Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Maringá, alterando a lei Estadual nº 14.277 de 30 de dezembro de 2003, com o intuito de expandir a prestação jurisdicional no Estado do Paraná, de forma a racionalizar e redistribuir o volume de serviços nos respectivos Foros.

**EMBASAMENTO JURÍDICO**

É de competência exclusiva dos Tribunais para propor a criação de novas varas judiciais, conforme preceitua o artigo 96, inciso I, alínea d, da Constituição Federal:

**Art. 96. Compete privativamente:**

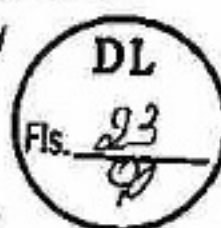
**I – aos tribunais:**

**d) propor a criação de novas varas judiciais;**

Sobre a iniciativa das leis, oportuno observar a Constituição Estadual, em seu art. 65:



*Assembléia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*



Art. 65. A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro, ou comissão da Assembléia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Presidente do Tribunal de Justiça, ao Procurador-Geral de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição.

A Constituição Estadual estabelece a prerrogativa do Tribunal de Justiça do encaminhamento da criação de novas varas judiciárias, bem como da alteração judiciária para a Assembléia Legislativa do Paraná, sendo o objetivo em tela, que vejamos:

Art. 101. Compete privativamente ao Tribunal de Justiça, através de seus órgãos:

- I – propor à Assembléia Legislativa, observado o disposto no art. 169 da Constituição Federal:
- d) a alteração da organização e da divisão judiciárias;
- e) a criação e extinção de comarcas, varas ou distritos judiciários;

Na que se refere ao impacto financeiro, devemos observar que o projeto de lei cida a lei Complementar Federal nº 101/00, a qual exige que o projeto que acarrete aumento de despesa estatal seja acompanhado de estimativa do impacto orçamentário financeiro causado e declaração do ordenador da





*Assembléia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*

DL  
Fls. 24  
9

despesa de que o aumento tem adequação orçamentária e financeira.

Com efeito, afim de dar cumprimento à referida legislação, o Tribunal de Justiça anexou ao projeto, declaração que o aumento de despesa apresenta adequação orçamentária e financeira com o Orçamento do Poder Judiciário para o exercício de 2012 e compatibilidade com o Plano Plurianual - PPA, 2012-2015, aprovado pela lei Estadual nº 17.013/2011.

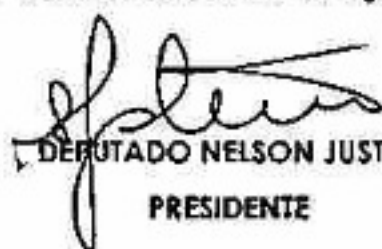
Vislumbro-se, portanto, que o Tribunal de Justiça detém a competência necessária para propor o presente Projeto de Lei.

Por fim, quanto à técnica legislativa, o projeto de lei em questão não encontra óbice À Lei Complementar 95/98.

CONCLUSÃO


Diante do exposto, entende-se pela **ARROVAÇÃO** do presente Projeto de Lei, em virtude de sua **CONSTITUCIONALIDADE**, por estarem presentes todos os requisitos Constitucionais, legais e de técnica legislativo.

Sala das Comissões, em 28 de agosto de 2012.

  
DEPUTADO NELSON JUSTUS  
PRESIDENTE

**APROVADO**

unânime 28/08/12

  
DEPUTADO EVANDRO JUNIOR  
RELATOR

Praça Nossa Senhora da Salette s/nº - Centro Cívico - Curitiba - Paraná





ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ  
2ª Sessão Legislativa – 17ª Legislatura  
Comissão de Finanças



PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 430/12

O Projeto de Lei em análise é oriundo do Tribunal de Justiça – Ofício nº 1126/12 que objetiva criar 03 (três) Varas Criminais, no Foro Regional de São José dos Pinhais, na Comarca de Ponta Grossa, na Comarca de Maringá, com competência em violência doméstica e familiar contra a mulher, além de crimes contra a criança, adolescente e idoso, e de cargos em comissão para assessoramento dos magistrados, alterando a Lei Estadual nº 14.277, de 30 de dezembro de 2003 – Código de Organização e Divisão Judiciária do Estado do Paraná, e adota outras providências.

Constatamos que a iniciativa foi encaminhada a douta Comissão de Constituição e Justiça que por meio do Relator Senhor Deputado Evandro Junior e após sua análise constitucional exarou o devido parecer favorável.

Procedida a análise da Proposição, sob a ótica desta Comissão de Finanças, cumprindo as obrigações impostas pelo §1º, do artigo 29, § 2º do artigo 30 e artigo 33-B, todos do Egrégio Regimento Interno desta Assembleia Parlamentar, temos a enaltecer a iniciativa, nada encontrando que possa obstar a normal tramitação processual legislativa.

Observamos que a proposta encontra-se justificada, tendo em vista, que as despesas decorrentes desta Lei correrão por conta das dotações orçamentárias do Poder Judiciário.

Observe-se ainda, que a proposta vem ladeada da Declaração do Presidente do Tribunal de Justiça informando que as despesas decorrentes do Anteprojeto de Lei, apresenta adequação orçamentária e financeira com o Orçamento do Poder Judiciário para o exercício de 2012, aprovado pela Lei nº 17.012, de 14 de dezembro de 2011-LOA, e compatibilidade com o Plano Plurianual – PPA 2012-2015, aprovado pela Lei nº 17.013, de 14 de dezembro de 2011.



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ  
2ª Sessão Legislativa – 17ª Legislatura  
Comissão de Finanças



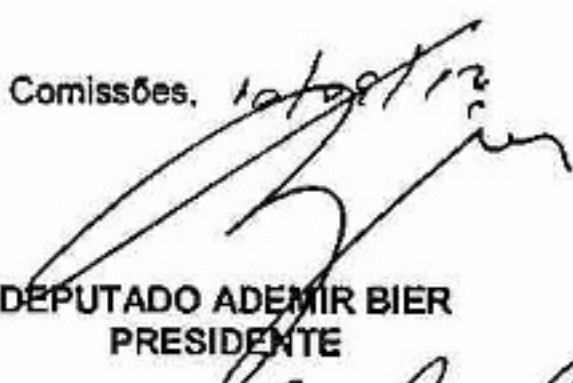
Em relação ao impacto financeiro e orçamentário, considerando a criação dos cargos de Juiz de Direito de entrância final e dos cargos em comissão de Assistente I de Juiz de Direito, simbologia 3-C e de Assistente II de Juiz de Direito, simbologia 1-C, o custo é estimado em aproximadamente R\$647.000,00 (seiscentos e quarenta e sete mil reais) para o exercício de 2012, R\$1.716.000,00 (hum milhão setecentos e dezesseis mil reais) para o exercício de 2013 e R\$1.936.000,00 (hum milhão novecentos e trinta e seis mil reais) para o exercício de 2014, e serão suportados pelo orçamento próprio do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná.

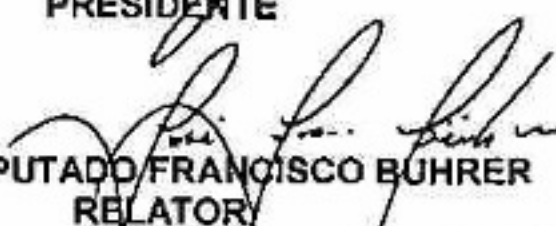
No que diz respeito aos cargos de Analistas Judiciários e Técnicos Judiciários que irão compor a nova Secretaria do Cível, as despesas serão suportadas pelo Fundo da Justiça – FUNJUS, com um custo aproximado de R\$609.000,00 (seiscentos e nove mil reais) para o exercício de 2012, e de R\$1.509.000,00 (hum milhão quinhentos e nove mil reais) para o exercício de 2013 e R\$1.585.000,00 (hum milhão quinhentos e oitenta e cinco mil reais) para o exercício de 2014.

Sendo assim, nada encontramos que possa impedir a sua normal tramitação pelos demais órgãos desta Casa de Leis, manifestando assim, o devido parecer **FAVORÁVEL**.

É o parecer.

Sala das Comissões, 12/08/12

  
DEPUTADO ADEMIR BIER  
PRESIDENTE

  
DEPUTADO FRANCISCO BUHRER  
RELATOR

~~ANEXO~~ PROJETO DE LEI

431/12

**SÚMULA:** Cria a Vara da Infância e da Juventude, Família, Registros Públicos, Acidentes do Trabalho e Corregedoria do Foro Extrajudicial, no Foro Regional de Piraquara, da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba, alterando a Lei Estadual nº 14.277, de 30 de dezembro de 2003, e adota outras providências.

**Art. 1.º** Fica criada a Vara da Infância e da Juventude, Família, Registros Públicos, Acidentes do Trabalho e Corregedoria do Foro Extrajudicial, no Foro Regional de Piraquara, da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba, alterando a Lei Estadual nº 14.277, de 30 de dezembro de 2003.

**Art. 2.º** Fica alterado o inciso XI do artigo 255 da Lei Estadual nº 14.277/2003, que passa a vigorar acrescido da alínea 'b', com a seguinte redação:

*"Art. 255. Fica criado nos Foros Regionais que integram a Comarca da Região Metropolitana de Curitiba, o seguinte:*

*(...)*

*XI – no Foro Regional de Piraquara:*

*(...)*

*b) a Vara da Infância e da Juventude, Família, Registros Públicos, Acidentes do Trabalho e Corregedoria do Foro Extrajudicial."*

**Art. 3.º** Fica criado 1 (um) cargo de Juiz de Direito, de entrância final, para o Foro Regional de Piraquara.

**Art. 4.º** Fica criado 1 (um) cargo de Assistente I de Juiz de Direito, de provimento em comissão, simbologia 3-C e 1 (um) cargo de Assistente II de Juiz de Direito, de provimento em comissão, simbologia 1-C, na estrutura do Quadro de Servidores do Poder Judiciário, destinado ao assessoramento do Juiz de Direito da Vara da Infância e da Juventude, Família, Registros Públicos, Acidentes do Trabalho e Corregedoria do Foro Extrajudicial do Foro Regional de Piraquara, nos termos da Lei nº 15.831 de 12 de maio de 2008, alterada pela Lei nº 16.957 de 05 de dezembro de 2011, passando a integrar o Anexo III, Tabela 2, da Lei nº 11.719, de 12 de maio de 1997, consolidado no Anexo II da Lei 14.807, de 20 de julho de 2005.

X



Estado do Paraná  
PODER JUDICIÁRIO

## TRIBUNAL DE JUSTIÇA



**Parágrafo único.** Os cargos criados na forma do *caput* são privativos de Bacharel em Direito.

**Art. 5.º** Ficam alterados os anexos IV, V e IX, Tabela 1, da Lei referida no artigo 1º.

**Art. 6.º** As despesas decorrentes desta Lei correrão por conta das dotações orçamentárias do Poder Judiciário.

**Art. 7.º** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PARANÁ  
CÓDIGO DE ORGANIZAÇÃO E DIVISÃO JUDICIÁRIAS - LEI Nº 14.277 DE 30/12/2003  
COMPOSIÇÃO DO FORO JUDICIAL E FORO EXTRAJUDICIAL POR COMARCA ANEXO - IV

|  |  |
|--|--|
|  | <p>PERAQUARA - Foro Regional da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba - Entenda Final</p> <p>FORO JUDICIAL</p> <p>Versa Civil</p> <p>Versa Criminal</p> <p>Versa de Infância e da Juventude, Famílias, Registros Públicos, Acidentes do Trabalho e Condições do Foro Extrajudicial</p> <p>Versa de Execuções Penais</p> <p>2 Juizado Especial Cível e Criminal</p> <p>Ofício de Distribuidor, Conciliador, Perito, Avaliador e Depositário Público</p> <p>FORO EXTRAJUDICIAL</p> |
|--|--|

71 • JUIZADO ESPECIAL CÍVEL E / OU CRIMINAL COM UNIDADE ADMINISTRATIVA PRÓPRIA E UM CARGO DE JUIZ.





| PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PARANÁ                                      |           |               |                                       |                 |                                  |                            |                 |       |  |
|---|-----------|---------------|---------------------------------------|-----------------|----------------------------------|----------------------------|-----------------|-------|--|
| CÓDIGO DE ORGANIZAÇÃO E DIVISÃO JUDICIÁRIAS - LEI Nº 14.277 DE 30/12/2003 |           |               |                                       |                 |                                  |                            |                 |       |  |
| MAGISTRATURA ESTADUAL — ANEXO V   |           |               |                                       |                 |                                  |                            |                 |       |  |
| COMARCAS / FORO   | ENTRÂNCIA | Desembargador | Juiz de Direito Substituto em 2º Grau | Juiz de Direito | Juiz de Direito Juizado Especial | Juiz de Direito Substituto | Juiz Substituto | Total |  |
| 1ª INSTÂNCIA  |           |               |                                       |                 |                                  |                            |                 |       |  |
| Foro Regional de Piraquara  |           |               |                                       |                 |                                  |                            |                 |       |  |
|   | Final     |               |                                       | 4               | 1                                |                            |                 | 5     |  |

ky

| PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PARANÁ<br>CÓDIGO DE ORGANIZAÇÃO E DIVISÃO JUDICIÁRIAS - LEI Nº 14.277 DE 30/12/2003<br>CRIAÇÃO E EXTINÇÃO DE CARGOS - ANEXO IX<br>CARGOS DA MAGISTRATURA ESTADUAL - TABELA 1 |               |                                       |                                     |                            |                 |       |
|--|---------------|---------------------------------------|-------------------------------------|----------------------------|-----------------|-------|
| COMARCAS   | Desembargador | Juiz de Direito Substituto em 2º Grau | Juiz de Direito do Juizado Especial | Juiz de Direito Substituto | Juiz Substituto | Total |
| 1ª INSTÂNCIA   |               |                                       |                                     |                            |                 |       |
| ENTRADA FINAL  |               |                                       |                                     |                            |                 |       |
| COMARCA DA REGIÃO METROPOLITANA DE CURITIBA  |               |                                       |                                     |                            |                 |       |
| Foro Regional de Curitiba  |               |                                       |                                     |                            |                 |       |
|  |               |                                       | 1                                   |                            |                 | 2     |

Handwritten signature or mark.

**DECLARAÇÃO**

Declaro, em atendimento ao disposto no artigo 16, inciso II, da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal), que as despesas decorrentes do Anteprojeto de Lei, em anexo, que cria a Vara da Infância e da Juventude, Família, Registros Públicos, Acidentes do Trabalho e Corregedoria do Foro Extrajudicial, no Foro Regional de Piraquara, da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba, apresenta adequação orçamentária e financeira com o Orçamento do Poder Judiciário para o exercício de 2012, aprovado pela Lei Estadual nº 17.012, de 14 de dezembro de 2011-LOA, e compatibilidade com Plano Plurianual – PPA 2012-2015, aprovado pela Lei Estadual nº 17.013, de 14 de dezembro de 2011.

Curitiba, 17 de agosto de 2012.



**MIGUEL KFOURI NETO**  
Presidente do Tribunal de Justiça



Estado do Paraná  
PODER JUDICIÁRIO

## TRIBUNAL DE JUSTIÇA



Curitiba, 17 de agosto de 2012.  
Of. nº 1.154/2012-GP

I - À DAP para leitura no expediente  
II - À DL para providências.

Em, 21/8/2012.

Presidente

A Sua Excelência o Senhor  
Deputado Estadual **VALDIR LUIZ ROSSONI**  
Presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná  
Nesta Capital

LIDO NO EXPEDIENTE  
CONCEDIDO APOIAMENTO À D.L.

Em, 21 AGO 2012

1º Secretário

Senhor Presidente:

Encaminho a Vossa Excelência, para apreciação dessa augusta Assembleia Legislativa, o incluso Anteprojeto de Lei que propõe a criação da Vara da Infância e da Juventude, Família, Registros Públicos, Acidentes do Trabalho e Corregedoria do Foro Extrajudicial, no Foro Regional de Piraquara, da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba, alterando a Lei Estadual nº 14.277, de 30 de dezembro de 2003.

As razões desta proposição estão contempladas na justificativa que acompanha o aludido anteprojeto.

Em conformidade com a Lei de Responsabilidade Fiscal, envio, em anexo, a documentação pertinente à matéria relacionada ao disposto nos artigos 16, 17 e 22 da referida Lei Complementar nº 101/2000.

Neste ensejo, consigno a Vossa Excelência minhas expressões de consideração e apreço.

  
**MIGUEL KFOURI NETO**  
Presidente do Tribunal de Justiça

14.000 21/08/2012 17:00:00, DP, ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO PARANÁ

**JUSTIFICATIVA**

O presente Anteprojeto de Lei tem por finalidade criar a Vara da Infância e da Juventude, Família, Registros Públicos, Acidentes do Trabalho e Corregedoria do Foro Extrajudicial no Foro Regional de Piraquara, da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba, conforme consta do protocolado de nº 219.546/2011, visando a expansão da prestação jurisdicional no Estado do Paraná, de forma a racionalizar e redistribuir o volume de serviços naquele Foro.

A proposta insere a alínea 'b' no inciso XI do art. 255 da Lei Estadual nº 14.277/2003, passando o Foro Regional de Piraquara a contar com uma Vara Cível, uma Vara Criminal e uma Vara da Infância e da Juventude, Família, Registros Públicos, Acidentes do Trabalho e Corregedoria do Foro Extrajudicial e um Juizado Especial Cível e Criminal, para o atendimento de uma população de aproximadamente 92.000 habitantes e um total aproximado de 30.000 processos em andamento.

A criação da Vara da Infância e da Juventude, Família, Registros Públicos, Acidentes do Trabalho e Corregedoria do Foro Extrajudicial no Foro Regional de Piraquara, na realidade consiste no desmembramento de parte da competência da Vara Criminal, da Infância e da Juventude e Família e da Vara Cível Registros Públicos, Acidentes do Trabalho e Corregedoria do Foro Extrajudicial, passando a Vara Cível a ter competência "pura" e a Vara Criminal a ter competência em matéria criminal e "violência doméstica".

A alteração da nomenclatura consta do Anexo IV da proposta de alteração legislativa.

A presente proposição foi objeto de aprovação pela douta Comissão de Organização e Divisão Judiciárias e pelo egrégio Órgão Especial do Tribunal de Justiça, em Sessão realizada no dia 23 de julho de 2012.





Outrossim, os Anexos alterados pela proposta do Anteprojeto de Lei deverão ser publicados juntamente com o texto final, vez que são parte integrante da mesma.

Registre-se que o custo com a criação de um cargo de Juiz de Direito de entrância final e dos cargos em comissão de Assistente I de Juiz de Direito, simbologia 3-C e de Assistente II de Juiz de Direito, simbologia 1-C, é de aproximadamente R\$ 175.000,00 para o exercício de 2012, R\$ 564.000,00 para o exercício de 2013 e R\$ 638.000,00 para o exercício de 2014, a ser suportado pelo orçamento próprio do Tribunal de Justiça.

Por sua vez, os cargos de Analistas e Técnicos Judiciários que irão compor a nova Secretaria são objeto da Lei Estadual nº 16.023/2008, e as despesas serão suportadas pelo Fundo da Justiça (FUNJUS), criado pela Lei Estadual nº 15.942 de 03 de setembro de 2008, com um custo aproximado de R\$ 200.000,00 para o exercício de 2012, R\$ 619.000,00 para o exercício de 2013 e R\$ 650.000,00 para o exercício de 2014.

Nos termos do Relatório de Gestão Fiscal do Poder Judiciário, relativo ao 1º quadrimestre de 2012, a Despesa Total de Pessoal situou-se em 3,97% (três vírgula noventa e sete por cento) da Receita Corrente Líquida, portanto, abaixo do limite prudencial de 5,70% (cinco vírgula setenta por cento), conforme preceitua o artigo 22, parágrafo único, da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Encontra-se em anexo a Declaração do Ordenador da Despesa de que o aumento tem adequação com a lei orçamentária para o exercício de 2012, aprovado pela Lei Estadual nº 17.012, de 14 de dezembro de 2011, e compatibilidade com Plano Plurianual – PPA 2012-2015, aprovado pela Lei Estadual nº 17.013, de 14 de dezembro de 2011.





*Assembleia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Comissão de Constituição e Justiça*



**PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 431/12**

**Projeto de Lei nº. 431/12**  
**Autor: Tribunal de Justiça**

**Súmula:** Cria a Vara da Infância e da Juventude, Família, Registros Públicos, Acidentes do Trabalho e Corregedoria do Foro Extrajudicial, no Foro Regional de Piraquara, da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba, alterando a Lei Estadual nº 14.277, de 30 de dezembro de 2003, e adota outras providências.

**EMENTA:** CRIAÇÃO DA VARA DA INFÂNCIA E DA JUVENTUDE, FAMÍLIA, REGISTROS PÚBLICOS, ACIDENTES DE TRABALHO E CORREGEDORIA DO FORO EXTRAJUDICIAL, NO FORO REGIONAL DE PIRAQUARA, DA COMARCA DA REGIÃO METROPOLITANA DE CURITIBA, ALTERANDO A LEI ESTADUAL 14.277, DE 30 DE DEZEMBRO DE 2003. POSSIBILIDADE. INICIATIVA PRIVATIVA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA. LEGITIMIDADE AFERIDA. ART. 96 DA CF. ARTS. 65 E 101 DA CE. IMPACTO FINANCEIRO DEVIDAMENTE ANEXADO EM CUMPRIMENTO À LEI COMPLEMENTAR FEDERAL 101/00. CONSTITUCIONAL. PARECER PELA APROVAÇÃO.

**PREÂMBULO**

O projeto de lei de autoria do Tribunal de Justiça visa criar a Vara da Infância e da Juventude, Família, Registros Públicos, Acidentes do Trabalho e Corregedoria do Foro Extrajudicial, no Foro Regional de Piraquara, da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba, alterando a Lei Estadual nº 14.277 de 30 de dezembro de 2003, com o intuito de



*Assembleia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Comissão de Constituição e Justiça*



expandir a prestação jurisdicional no Estado do Paraná, de forma a racionalizar e redistribuir o volume de serviços nos respectivos Foros.

**FUNDAMENTAÇÃO**

Compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33 - A, I do Regulamento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, verificar a constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada:

**Art. 33 - A - Cabe à Comissão de Constituição e Justiça:**

I - emitir parecer sobre as proposições quanto a sua constitucionalidade, legalidade, juridicidade, adequação regimental e caráter estrutural, em face do que dispõe a Lei Complementar 95, de 26 de fevereiro de 1998 e alterações posteriores.

É de competência exclusiva dos Tribunais para propor a criação de novas varas judiciárias, conforme preceitua o artigo 96, inciso I, alínea d, da Constituição Federal:

**Art. 96. Compete privativamente:**

I - aos tribunais:

d) propor a criação de novas varas judiciárias;



*Assembleia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Comissão de Constituição e Justiça*



Sobre a Iniciativa das Leis, oportuno observar a Constituição Estadual, em seu art. 65:

Art. 65. A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembleia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Presidente do Tribunal de Justiça, ao Procurador-Geral de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição.

A Constituição Estadual estabelece a prerrogativa do Tribunal de Justiça do encaminhamento da criação de novas varas judiciárias, bem como da alteração judiciária para a Assembleia Legislativa do Paraná, sendo o objeto em tela, que vejamos:

Art. 101. Compete privativamente ao Tribunal de Justiça, através de seus órgãos:

1 - propor à Assembleia Legislativa, observado o disposto no art. 169 da Constituição Federal:

d) a alteração da organização e da divisão judiciárias;

e) a criação e extinção de comarcas, varas ou distritos judiciários;

No que se refere ao impacto financeiro, devemos observar que o projeto de lei não viola a Lei Complementar Federal nº. 101/00, a qual exige que o projeto que acarrete aumento de despesa estatal seja acompanhado de estimativa do impacto orçamentário-



**Assembleia Legislativa do Estado do Paraná**  
**Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury**  
**Comissão de Constituição e Justiça**



financeiro causado e declaração do ordenador da despesa de que o aumento tem adequação orçamentária e financeira.

Com efeito, a fim de dar cumprimento à referida legislação, o **Tribunal de Justiça** anexou ao projeto, declaração que o aumento de despesa apresenta adequação orçamentária e financeira com o Orçamento do Poder Judiciário para o exercício de 2012 e compatibilidade com o Plano Plurianual – PPA, 2012 - 2015, aprovado pela Lei Estadual n. 17.013/2011 (fls. 07).

Vislumbra-se, portanto, que o Tribunal de Justiça detém a competência necessária para propor o presente Projeto de Lei.

Por fim, quanto à técnica legislativa, o projeto de lei em questão não encontra óbice frente à Lei Complementar 95/98.

**CONCLUSÃO**

Diante do exposto, opina-se pela **APROVAÇÃO** do presente Projeto de Lei, em virtude de sua **CONSTITUCIONALIDADE** por estarem presentes todos os requisitos Constitucionais, legais e de técnica legislativa.

Sala das Comissões, 28 de agosto de 2012.

DEPUTADO NELSON JUSTUS  
PRESIDENTE

DEPUTADO FERNANDO SCANAVACA  
RELATOR

**APROVADO**  
unânime 28/08/12





ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ  
2ª Sessão Legislativa – 17ª Legislatura  
Comissão de Finanças



PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 431/12

O Projeto de Lei em análise é oriundo do Tribunal de Justiça – Ofício nº 1154/12 que objetiva criar a Vara da Infância e da Juventude, Família, Registros Públicos, Acidentes do Trabalho e Corregedoria do Foro Extrajudicial, no Foro Regional de Piraquara, da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba, alterando a Lei Estadual nº 14.277, de 30 de dezembro de 2003 – Código de Organização e Divisão Judiciária do Estado do Paraná, e adota outras providências.

Constatamos que a iniciativa foi encaminhada a douta Comissão de Constituição e Justiça que por meio do Relator Senhor Deputado Fernando Scanavaca e após sua análise constitucional exarou o devido parecer favorável.

Procedida a análise da Proposição, sob a ótica desta Comissão de Finanças, cumprindo as obrigações impostas pelo §1º, do artigo 29, § 2º do artigo 30 e artigo 33-B, todos do Egrégio Regimento Interno desta Assembleia Parlamentar, temos a enaltecer a iniciativa, nada encontrando que possa obstar a normal tramitação processual legislativa.

Observamos que a proposta encontra-se justificada, tendo em vista, que as despesas decorrentes desta Lei correrão por conta das dotações orçamentárias do Poder Judiciário.

Observe-se ainda, que a proposta vem ladeada da Declaração do Presidente do Tribunal de Justiça informando que as despesas decorrentes do Anteprojeto de Lei, apresenta adequação orçamentária e financeira com o Orçamento do Poder Judiciário para o exercício de 2012, aprovado pela Lei nº 17.012, de 14 de dezembro de 2011-LOA, e compatibilidade com o Plano Plurianual – PPA 2012-2015, aprovado pela Lei nº 17.013, de 14 de dezembro de 2011.





ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ  
2ª Sessão Legislativa – 17ª Legislatura  
Comissão de Finanças



Em relação ao impacto financeiro e orçamentário, considerando a criação de um cargo de Juiz de Direito de entrância final e dos cargos em comissão de Assistente I de Juiz de Direito, simbologia 3-C e de Assistente II de Juiz de Direito, simbologia 1-C, o custo é estimado em aproximadamente R\$175.000,00 (cento e setenta e cinco mil reais) para o exercício de 2012, R\$564.000,00 (quinhentos e sessenta e quatro mil reais) para o exercício de 2013 e R\$638.000,00 (seiscentos e trinta e oito mil reais) para o exercício de 2014, a ser suportado pelo orçamento próprio do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná.

No que diz respeito aos cargos de Analistas e Técnicos Judiciários que irão compor a nova Secretaria, as despesas serão suportadas pelo Fundo da Justiça – FUNJUS, com um custo aproximado de R\$200.000,00 (duzentos mil reais) para o exercício de 2012, e de R\$619.000,00 (seiscentos e dezenove mil reais) para o exercício de 2013 e de R\$650.000,00 (seiscentos e cinquenta mil reais) para o exercício de 2014.

Isto posto, nada encontramos que possa impedir a sua normal tramitação pelos demais órgãos desta Casa de Leis, manifestando assim, o devido parecer **FAVORÁVEL**.

É o parecer.

Sala das Comissões,

10/09/12

DEPUTADO ADEMIR BIER  
PRESIDENTE

DEPUTADO FRANCISCO BUELLA  
RELATOR



~~ADP~~ PROJETO DE LEI

nº 435/12

Súmula: Altera o artigo 3º da Lei nº 17.152/2012.

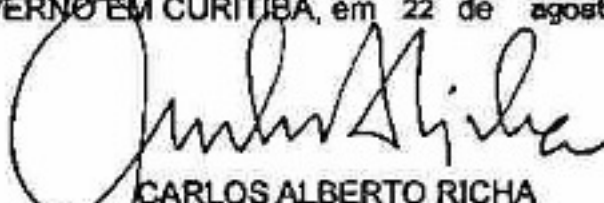
Art. 1º O artigo 3º da Lei nº 17.152, de 09 de maio de 2012, passa a vigorar com a seguinte redação:

\*Art. 3º A presente cessão terá vigência até 31 de dezembro de 2017, podendo ser prorrogada mediante acordo entre as partes.\*

Art. 2º Permanecem inalteradas as demais disposições.

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

PALÁCIO DO GOVERNO EM CURITIBA, em 22 de agosto de 2012.

  
CARLOS ALBERTO RICH  
GOVERNADOR DO ESTADO



# CASA CIVIL Sistema Estadual de Legislação

Pesquisa Rápida

voltar

Exibir Ato

Página para impressão

Alterado Compilado Original

Lei 17152 - 09 de Maio de 2012

Publicado no [Acessar Diário Oficial nº. 8710](#) de 10 de Maio de 2012

**Súmula:** Autoriza o Poder Executivo a efetuar a cessão, à Associação de Deficientes Físicos do Paraná - ADFP, do Imóvel que especifica.

A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná decretou e eu sanciono a seguinte lei:

**Art. 1º.** Fica autorizado o Poder Executivo a efetuar a cessão de uso, à Associação de Deficientes Físicos do Paraná - ADFP, do Município de Curitiba, de imóvel localizado na Rua XV de novembro, 2765, esquina com a Rua Camões, lotes H-1, H-3 e H-2 do croqui nº 4.777, com 2.333,32 m², contendo um prédio em alvenaria de 457,16 m², conforme descrito na Transcrição sob nº 44.458, do 3º Registro de Imóveis da Comarca de Curitiba.

**Art. 2º.** O imóvel em questão, que fica gravado com cláusula de inalienabilidade, será usado exclusivamente para funcionamento de assistência social e agência de correio franqueada, retornando ao patrimônio do Estado em caso de destinação diversa.

**Art. 3º.** A presente cessão terá vigência até 31 de dezembro de 2014, podendo ser prorrogada por igual período mediante acordo entre as partes.

**Art. 4º.** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

PALÁCIO DO GOVERNO EM CURITIBA, em 09 de maio de 2012.

Carlos Alberto Richa  
Governador do Estado

Luiz Eduardo Da Veiga Sebastiani  
Secretário de Estado da Administração e da Previdência

Durval Amaral  
Chefe da Casa Civil

AJB/Prot. 11.000.296-3

*Este texto não substitui o publicado no Diário Oficial do Estado*

© 2000 - Casa Civil do Governo do Estado do Paraná  
Palácio Iguaçu - Praça Nossa Senhora de Salette, s/n.  
80530-909 - Centro Cívico - Curitiba - Paraná

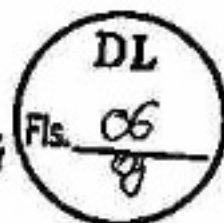


CASA CIVIL





*Assembléia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Comissão de Constituição e Justiça*



**PARECER AO PROJETO DE LEI 435/12**

**Projeto de Lei nº 435/12**

**Autor: Poder Executivo – Mensagem nº. 049/2012**

**Súmula:** Altera o art. 3º da Lei nº 17.152/2012 (Imóvel).

**EMENTA:** ALTERAÇÃO DA LEI Nº 17.152/2012 QUE AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A EFETUAR A CESSÃO À ASSOCIAÇÃO DE DEFICIENTES FÍSICOS DO PARANÁ – ADFP DO IMÓVEL QUE ESPECIFICA. INICIATIVA PRIVATIVA DO PODER EXECUTIVO. ARTs. 33 E 124 DO REGIMENTO INTERNO ALEP. ARTs. 10 E 65 DA CE, ART. 8º DA LEI ESTADUAL 15.608/07, ART. 17 DA LEI Nº 8.666/93. LC Nº 95/98. POSSIBILIDADE. LEGITIMIDADE AFERIDA. CONSTITUCIONAL. PARECER PELA APROVAÇÃO.

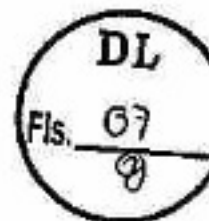
**PREÂMBULO**

O presente projeto de lei, de autoria do Poder Executivo, através da Mensagem nº 049/2012, visa à alteração da lei nº 17.152 de 09 de maio de 2012 e, tem a finalidade de modificar o prazo de vigência da cessão para o dia 31 de dezembro de 2017.





*Assembléia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Comissão de Constituição e Justiça*



**FUNDAMENTAÇÃO**

De início, compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33-A, I, do Regimento Interno da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, verificar a constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada:

**Art. 33-A: Cabe à Comissão de Constituição e Justiça:**

I - emitir parecer sobre as proposições quanto a sua constitucionalidade, legalidade, juridicidade, adequação regimental e caráter estrutural, em face do que dispõe a Lei Complementar 95, de 24 de fevereiro de 1998 e alterações posteriores.

Ainda, verifica-se que o chefe do Poder Executivo detém a competência necessária para apresentar o presente projeto de lei, conforme dispõe a Constituição do Estado do Paraná:

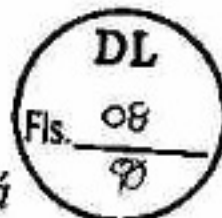
**Art. 45. A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembléia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Presidente do Tribunal de Justiça, ao Procurador-Geral de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição. (grifo nosso)**

Ressalte-se que o projeto de lei está ainda em conformidade com o que estabelece o artigo 10 da Constituição Estadual:





*Assembléia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Comissão de Constituição e Justiça*



Art. 10. Os bens imóveis do Estado não podem ser objeto de doação ou de utilização gratuita, salvo, e mediante lei, se o beneficiário for pessoa jurídica de direito público interno, órgão ou fundação de sua administração indireta ou entidade de assistência social sem fins lucrativos, declarada de utilidade pública, ou para fins de assentamentos de caráter social.

Parágrafo único. A alienação, a título oneroso, de bens imóveis do Estado dependerá de autorização prévia da Assembléia Legislativa e será precedida de concorrência pública, a qual será dispensada quando o adquirente for uma das pessoas jurídicas de direito público interno, referidas neste artigo, ou para fins de assentamentos de caráter social. (grifo nosso)

Ainda, o artigo 8º da Lei Estadual nº 15.608/07 complementam o texto da Constituição Estadual e dispõem sobre a alienação de bens da Administração Pública Estadual, observe-se:

Art. 8º. Será dispensada a licitação, nos seguintes casos:

I - De bens imóveis para:

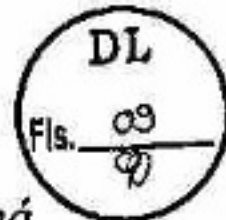
f) doação com encargo, no caso de interesse público devidamente justificado; (grifos nossos)

A Lei Ordinária Federal 8.666/93 em seu artigo 17, também, determina as condições para que sejam feitas as alienações de bens públicos:

Art. 17. A alienação de bens da Administração Pública, subordinada à existência de interesse público devidamente justificado, será precedida de avaliação e obedecerá às seguintes normas:



*Assembleia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Comissão de Constituição e Justiça*



1 - quando imóveis, dependerá de autorização legislativa para órgãos da administração direta e entidades autárquicas e fundacionais, e, para todos, inclusive as entidades paraestatais, dependerá de avaliação prévia e de licitação na modalidade de concorrência, dispensada esta nos seguintes casos:

1) alienação gratuita ou onerosa, aforamento, concessão de direito real de uso, locação ou permissão de uso de bens imóveis residenciais construídos, destinados ou efetivamente utilizados no âmbito de programas habitacionais ou de regularização fundiária de interesse social

desenvolvidos por órgãos ou entidades da administração pública;  
(Redação dada pela Lei nº 17.481, de 2007) (grifo nosso)

Ora, deste modo verifica-se a constitucionalidade e legalidade do referido Projeto de Lei, inclusive porque cessão de uso do imóvel já foi realizada e sancionada através da Lei Estadual nº 17.152 de 10 de maio de 2012 e, neste momento, apenas altera-se o prazo de vigência da referida cessão.

Por fim, no que tange às normas de elaboração normativa, previstas na Lei Complementar 95/98, o presente projeto encontra-se revestido de legalidade.

A

DL  
Fls. 10  
9

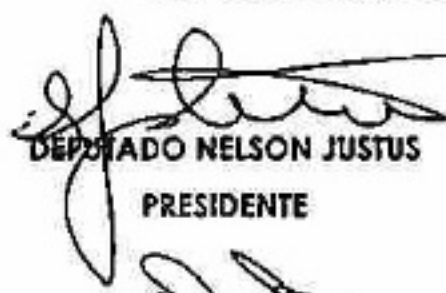



**Assembléia Legislativa do Estado do Paraná**  
**Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury**  
**Comissão de Constituição e Justiça**

**CONCLUSÃO**

Diante do exposto, opina-se pela **APROVAÇÃO** do presente Projeto de Lei, em virtude de sua **CONSTITUCIONALIDADE** e **LEGALIDADE**, por estarem presentes todos os requisitos Constitucionais, legais e de técnica legislativa.

Sala das Comissões, 28 de agosto de 2012.

  
**DEPUTADO NELSON JUSTUS**  
**PRESIDENTE**

  
**DEPUTADO ADEMAR TRAIANO**  
**RELATOR**

**APROVADO**

**unanim 28/08/12**



**PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 435/2012**

Projeto de Lei nº 435/2012 – mensagem nº 049/12  
Autor: Poder Executivo

Súmula: Altera o artigo 3º da lei nº 17.152/2012 (doação de imóvel).

**I – PREÂMBULO**

O presente Projeto de Lei 435/12, de autoria do Poder Executivo altera o artigo 3º da lei 17.152/12, a qual refere-se à doação de imóvel à Associação de Deficientes Físicos do Paraná – ADFP do município de Curitiba e instalação de uma agência franqueada dos correios.

**II - RELATÓRIO**

Em conformidade com o art. 33-F, c/c com os arts. 42 e 50, II, do Regimento Interno desta Casa de Leis, fui designado relator da matéria tratada no Projeto de Lei nº 435/2012, na qual passo a relatar:

No que tange ao mérito da matéria, resta evidente não existir qualquer impedimento para a tramitação da presente proposição em tela, uma vez que o presente projeto tem por intuito alterar o artigo 3º da referida lei, aumentando a vigência da cessão do imóvel, até 31 de dezembro de 2017, podendo ainda ser prorrogada mediante acordo entre as partes.

A medida decorre do fato de que, para instalação e operação de uma agência franqueada dos Correios, a empresa exige o prazo mínimo de vigência de 5 anos, sendo que o prazo máximo constado na redação anterior da Lei se reduz a 2 anos e 7 meses.

Cumprindo a nós destacar que "Compete à Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicação, manifestar-se sobre as proposições relativas a obras públicas, seu gozo, interrupção e alteração de empreendimentos públicos", nos termos do disposto no Art. 33, § 7º do Regimento Interno desta Casa de Leis.

Esta proposta, ganha peso e méritos indiscutíveis ao vir de encontro ao interesse e a necessidade comum meramente justificada, evidenciando de forma clara o mérito proposto, restando grandes benefícios em sua composição para que este projeto possa seguir sua tramitação.

### III - CONCLUSÕES

Basando-se no artigo 12º da Constituição Estadual, no que se refere à 13  
Competência do Estado, venho relevar o Parágrafo único neste embasamento, no que cita a relação do Estado com os Municípios em razão ao bem comum: "A cooperação entre o Estado, a União e os Municípios será definida em lei complementar e visará ao equilíbrio do desenvolvimento e do bem estar no âmbito estadual e municipal". (Art. 12º, Parágrafo Único, Seção II da Competência do Estado - Constituição do Estado do Paraná).

É evidente destacar o benefício que tal proposta estará gerando a população de Curitiba, é um trabalho pelo bem comum que após análise realizada, passa a ter apoio dos membros desta comissão.


### IV - VOTO DO RELATOR


Diante das exposições realizadas neste parecer e pelos benefícios ora relacionados à matéria, não vislumbra-se qualquer impedimento no que se refere aos aspectos legais e constitucionais analisados pela CCJ, nem mesmo quanto ao mérito honroso desta matéria em análise por esta Comissão. O Município de Curitiba estará apenas ganhando com a alteração desta lei, permitindo assim a utilização deste imóvel não somente para trabalhos de assistência social, mas também para o funcionamento da agência franqueada dos correios, uma mobilidade e comodidade para todos em benefício da população.

Desta forma opto pelo Parecer Favorável ao referido Projeto de Lei 435/2012, em sua forma apresentada.

*Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicação.*

*Sala das Comissões em 10 de setembro de 2012.*

  
Francisco Bühner  
Presidente da Comissão

  
Adelino Ribeiro

Relator